

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
<b>CAPÍTULO 1</b>	
<b>(IN) EXISTÊNCIA E VARIAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS .....</b>	<b>13</b>
1.1 Discursos sobre a existência das Organizações Criminosas .....	13
1.1.1 Teoria do Mito .....	13
1.1.2 Teoria da Conspiração .....	15
1.1.3 Qual teoria está com a razão? .....	16
1.2. Variações e Dimensões do Crime Organizado .....	21
<b>CAPÍTULO 2</b>	
<b>EVOLUÇÃO CONCEITUAL DA EXPRESSÃO “ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS” NO BRASIL .....</b>	<b>33</b>
2.1 Origem da expressão “Crime Organizado” ( <i>Organized crime</i> ) .....	33
2.2 Evolução conceitual no Brasil.....	33
<b>CAPÍTULO 3</b>	
<b>ANÁLISE DO CONCEITO DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NO</b>	
<b>ÂMBITO PENAL.....</b>	<b>47</b>
3.1 Estudo do conceito de Organização Criminosa da Lei 12.850/13 e características essenciais.....	47
3.1.1 Finalidade das Organizações Criminosas: obtenção de vantagem de qualquer natureza.....	50
3.1.2 Pluralidade de agentes .....	55
3.1.3 Associação estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente .....	59
3.1.4 Prática de infrações penais graves ou transnacionais.....	62
3.1.5 Extensão da aplicabilidade da Lei 12.850/2013.....	72
3.1.5.1 Infração penal transnacional prevista em Tratado ou Convenção .....	73
3.1.5.2 Organizações terroristas internacionais .....	73
<b>CAPÍTULO 4</b>	
<b>DO CRIME DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA .....</b>	<b>93</b>
4.1 Crime de participação em Organização Criminosa.....	93
4.1.1 Organização criminosa vs. Associação para o Tráfico.....	136
4.1.2 Organização criminosa vs. Milícia Privada.....	138
4.1.3 Organização criminosa vs. Associação criminosa .....	152
4.1.4 Quadro comparativo dos Delitos Associativos .....	158
<b>CAPÍTULO 5</b>	
<b>DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA PREVISTOS NA LEI 12.850/2013.....</b>	<b>161</b>
5.1 Crime de obstrução à Persecução Penal de Infração que envolva Organização Criminosa (Obstrução da Justiça).....	161
5.2 Crime de revelação de identidade ou imagem do Colaborador .....	172
5.3 Falsa colaboração .....	180

5.4 Violação de sigilo de ação controlada ou infiltração de agentes policiais .....	183
5.5 Recusa ou omissão de dados cadastrais, registros, documentos ou informações .....	187
5.6 Uso indevido de dados cadastrais .....	190

## CAPÍTULO 6

### PANORAMA GERAL DAS “TÉCNICAS ESPECIAIS DE INVESTIGAÇÃO” (OU MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA) .....

6.1. Técnicas especiais de investigação (ou meios de obtenção de prova) – Artigo 3º da Lei 12.850/2013 .....	193
6.2. São as Técnicas Especiais de investigação a panaceia para todos os males da Criminalidade Organizada? .....	197
6.3 Evitando-se a banalização das Técnicas Especiais de Investigação .....	205

## CAPÍTULO 7

### COLABORAÇÃO PREMIADA (ARTIGOS 4º A 6º DA LEI 12.850/2013) .....

7.1 Conceito .....	209
7.2 Colaboração premiada ou delação premiada? .....	209
7.3 Breve histórico .....	212
7.4 Natureza jurídica .....	214
7.5 Colaboração premiada da Lei 12.850/2013 – um novo paradigma do direito penal premial .....	217
7.6 Críticas .....	226
7.7 Requisitos de admissibilidade .....	239
7.7.1 Confissão .....	240
7.7.2 Voluntariedade .....	241
7.7.3 Aptidão eficaz .....	243
7.7.4 Circunstâncias subjetivas e objetivas favoráveis .....	248
7.8 Prêmios legais .....	250
7.8.1 Extensão subjetiva do prêmio .....	283
7.8.2 Vinculação do juiz aos prêmios estabelecidos no acordo .....	283
7.9 Legitimados para a celebração do acordo .....	286
7.10 Tratativas (pré-acordo) .....	304
7.10.1 Retratação da proposta .....	305
7.11 Celebração do acordo (Formalização) .....	318
7.12 A homologação do acordo .....	320
7.12.1 O controle das cláusulas abusivas, desproporcionais e ilegais na fase homologatória .....	322
7.12.2 Júri e a colaboração premiada .....	323
7.13 Atos de colaboração .....	326
7.13.1 “Renúncia” ao direito ao silêncio .....	327
7.13.2 Compromisso legal de dizer a verdade .....	333
7.14 Do sigilo do acordo de colaboração premiada .....	334
7.15 Valor Probatório da Colaboração Premiada .....	346
7.16 Direitos do colaborador (artigo 5º da Lei 12.850/2013) .....	348
7.17 A colaboração premiada e os acordos de leniência da Lei 12.529/2011 (Lei de Proteção da Ordem Econômica) e da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) .....	354
7.17.1 Introdução .....	354
7.17.2 O acordo de leniência da Lei 12.529/2011 (Lei de proteção da Ordem Econômica) .....	354

7.17.3 O acordo de leniência da Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).....	359
7.17.3.1 Panorama geral da Lei Anticorrupção .....	359
7.17.3.2 Do acordo de leniência na Lei Anticorrupção .....	367
7.17.4 Quadro comparativo entre a Colaboração Premiada (lei 12.850/2013) e os Acordos de Leniência .....	370
<b>CAPÍTULO 8</b>	
<b>AÇÃO CONTROLADA (ARTIGOS 8º E 9º DA LEI 12.850/2013) .....</b>	<b>375</b>
8.1 Conceito e Previsão legal.....	375
8.2 Procedimento.....	384
8.2.1 Transposição de fronteiras.....	385
8.3 Ação controlada e entrega vigiada .....	385
<b>CAPÍTULO 9</b>	
<b>INFILTRAÇÃO DE AGENTES (UNDERCOVER AGENT OU AGENTE ENCUBIERTO) - ARTIGOS 10 A 14 DA LEI 12.850/2013.....</b>	<b>389</b>
9.1 Aspectos históricos .....	389
9.2 Conceito.....	392
9.3 Constitucionalidade .....	393
9.4 Agente infiltrado x Agente provocador ( <i>entrapment doctrine</i> ou teoria da armadilha).....	394
9.5 Classificação das operações de Agentes Infiltrados.....	395
9.6 Quem pode ser agente infiltrado?.....	397
9.7 Requisitos para a infiltração.....	401
9.8 Procedimento.....	404
9.9 Fases da infiltração policial.....	407
9.10 Valor Probatório dos Autos e Relatórios da Infiltração .....	408
9.10.1 Aconselhável a combinação com outras técnicas de investigação .....	409
9.11 Limites à atuação do agente infiltrado .....	409
9.12 Direitos do agente infiltrado .....	411
<b>CAPÍTULO 10</b>	
<b>CAPTAÇÃO AMBIENTAL DE SINAIS ELETROMAGNÉTICOS, ÓPTICOS OU ACÚSTICOS (ARTIGO 3º, INCISO II DA LEI 12.850/2013) .....</b>	<b>413</b>
10.1 Noções .....	413
10.2 Dispensa de licitação na compra ou aluguel de equipamentos e contratação de serviços para a captação ambiental .....	414
<b>CAPÍTULO 11</b>	
<b>INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA E TELEMÁTICA (ARTIGO 3º, INCISO V DA LEI 12.850/2013) .....</b>	<b>417</b>
11.1 Noções .....	417
11.2 Dispensa de licitação na compra ou aluguel de equipamentos e contratação de serviços para a Interceptação telefônica .....	418
<b>CAPÍTULO 12</b>	
<b>ACESSO A REGISTROS, DADOS CADASTRAIS, DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES (ARTIGOS 3º, INCISO IV, 15, 16 E 17 DA LEI 12.850/2013) .....</b>	<b>419</b>

12.1 Introdução .....	419
12.2 Do acesso a dados cadastrais (art. 15) .....	419
12.3 Do acesso aos bancos de dados de reservas e registros de viagens (art. 16) .....	420
12.4 Do acesso às relações de chamadas (art. 17) .....	421
<b>CAPÍTULO 13</b>	
<b>AFASTAMENTO DOS SIGILOS FINANCEIRO OU BANCÁRIO E FISCAL (ARTIGOS 3º, INCISO VI DA LEI 12.850/2013) .....</b>	
<b>425</b>	
13.1 Noções .....	425
<b>CAPÍTULO 14</b>	
<b>INSTRUMENTOS NÃO REGULAMENTADOS NA LEI 12.850/2013 .....</b>	
<b>429</b>	
14.1 Cooperação jurídica internacional .....	429
14.1.1 O Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015) e a Cooperação jurídica internacional .....	435
14.2 Cooperação policial direta .....	437
14.3 Exame de lixo ( <i>trash pull</i> ) .....	438
<b>CAPÍTULO 15</b>	
<b>REGRAMENTO PROCESSUAL PARA O COMBATE E REPRESSÃO AO CRIME ORGANIZADO .....</b>	
<b>439</b>	
15.1 Procedimento adotado pela Lei 12.850/2013 .....	439
15.2 Prazo da prisão cautelar .....	441
15.3 Sigilo .....	445
<b>CAPÍTULO 16</b>	
<b>DO JUÍZO COLEGIADO EM 1º GRAU DE JURISDIÇÃO - LEI 12.694/2012 .....</b>	
<b>447</b>	
16.1 Introdução .....	447
16.2 Medidas previstas na Lei 12.694/2012 .....	447
16.3 Julgamento Colegiado em primeiro grau de Jurisdição .....	448
<b>CAPÍTULO 17</b>	
<b>QUESTÕES DE CONCURSOS PÚBLICOS .....</b>	
<b>459</b>	
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	
<b>473</b>	
<b>ANEXOS</b>	
<b>ANEXO I .....</b>	<b>481</b>
<b>ANEXO II .....</b>	<b>490</b>